

Artigo Original

PENSANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA

Lauro Araújo Mota (1)
Geandra Cláudia Silva Santos (2)

Resumo

Refletir sobre como a escola pode se modificar para proporcionar acesso, permanência e sucesso a todos os alunos indistintamente, surge como um dos grandes desafios da educação no século XXI. Construir uma escola inclusiva onde a preocupação central e inalienável seja a aprendizagem de Todos requer amplas e profundas modificações em todos os âmbitos sociais e principalmente nos sistemas de ensino que deverão se adaptar para criar todas as condições necessárias para que a escola cumpra sua função social de produtora e socializadora da cultura e do conhecimento, repensando e construindo novas formas de ensinar onde o Projeto Político Pedagógico e as práticas de gestão escolar participativa se tornam um dos principais instrumentos de inclusão, principalmente dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais. Assim, o texto analisará a inclusão educacional a partir das categorias referentes ao movimento inclusivo, a gestão democrática e a participação dos sujeitos da escola no processo inclusivo (professores, alunos, pais, comunidade escolar) a luz da políticas públicas e das legislações em vigor no país. Pretende-se dessa forma lançar questões ao debate, favorecendo as discussões e estimulando a construção de estratégias inclusivas.

Palavras – Chaves: Educação Especial, Escola Inclusiva, Gestão Democrática

Preâmbulo

A década de 1990 foi marcada por discussões e definições legais em favor da universalização, democratização e qualidade educacional em grande parte do mundo engajado nos compromissos firmados junto a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizado na Tailândia.

A partir dessa conferência novos desafios passaram a ser enfrentados no campo educacional, principalmente com relação ao acesso, a permanência e a promoção dos alunos da educação básica, surgindo também a preocupação com as oportunidades educativas

direcionadas às pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), historicamente excluídas dos processos políticos, econômicos, culturais e sociais, que se apresentaram de forma significativa nas discussões tanto da educação geral quanto da educação especial, constituindo um novo espaço de estudos, debates, lutas e conquistas para essa camada da população, como também, influenciando diretamente políticas, leis e diretrizes, como é o caso da Declaração de Salamanca em nível internacional, a LDB 9.394/96, Política Nacional de Educação Especial (PNEE- 1994) em nível nacional, extensiva aos vários estados da federação na forma de políticas estaduais, a Política Estadual de Educação Especial do Ceará (PEEE- 1997), além da recente Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva lançada em 2008 que romper com a perspectiva integradora em vigor até então.

Movimento Inclusivo

O amplo movimento de inclusão que se presencia tanto no final do século XX como no início do século XXI, é resultado de lutas históricas de grupos progressistas de todas as esferas da sociedade que acreditam que as pessoas que possuem características (física, mental ou sensorial) diferenciadas da maioria dos ditos “normais” possuem potencialidades semelhantes, necessitando na maioria dos casos, de estimulação, acompanhamento e oportunidades adequadas para que essas potencialidades possam ser desenvolvidas.

Ao se falar do processo de inclusão sócio-educacional das pessoas com Necessidades Educacionais Especiais no âmbito da sociedade hodierna, torna-se imprescindível discutir que ela só existe porque as diversas minorias de alguma forma foram e continuam sendo excluídas do convívio social bem como do processo de produção e usufruto dos bens materiais e culturais produzidos coletivamente.

Dessa forma, o novo paradigma de escola/educação baseado não mais na exclusão/segregação de alguns sujeitos, (principalmente pessoas com deficiência) começa a ser redesenhado a partir da década de 1990, quando ocorreu em Jontiem na Tailândia a Conferencia Mundial de Educação para Todos. Esse encontro mundial discutiu várias questões importantes para o redimensionamento da educação mundial nos seus aspectos filosóficos e políticos originando também entre os seus signatários modificações nas políticas e legislações educacionais de seus respectivos países objetivando concretizar as metas estabelecidas no encontro.

Dentre as metas propostas estavam: a erradicação do analfabetismo em nível global, a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem de crianças, jovens e adultos e a inclusão na escola de todas as minorias (étnicas, raciais, religiosas, culturais, etc) rompendo assim com o ciclo de exclusão vivido por esses sujeitos, equiparando oportunidades principalmente de acesso ao mundo do conhecimento, possibilitando dessa forma o desenvolvimento social e econômico e por consequência a diminuição da pobreza a que muitos desses sujeitos estão expostos.

A inclusão da pessoa com deficiência na escola regular passa então a ser abordada sob outra perspectiva. A filosofia das escolas integradoras chega ao Brasil seguindo o movimento surgido na Europa e que ganha força nos EUA e no Canadá.

Segundo Magalhães (2002)

A filosofia da integração em educação especial (...) defende a inserção de pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino, postulando que a elas sejam garantidas as condições julgadas necessárias para o desenvolvimento de suas reais possibilidades. (p. 36)

Com a integração os alunos com deficiência passaram a freqüentar a escola regular, mas ainda na maioria das vezes não estão inseridos com seus pares na sala regular. Permanece ainda o ensino segregado/excludente através de salas especiais, mas avança-se na compreensão dos direitos e oportunidades oferecidos a essa clientela.

Com a perspectiva integradora é criada uma série de modalidades de atendimentos (escola especial, ensino hospitalar, classe especial, sala de recurso, ensino itinerante) especializados que são oferecidos como alternativas que se distanciam das formas mais segregadas de ensino. No entanto, apesar de significativas modificações nas formas de atendimento, a escola não se modificou/transformou suas estruturas para receber e possibilitar o sucesso de todos os alunos, pois ainda está presente que :

A idéia subjacente é diagnosticar e encaminhar o aluno para a modalidade de atendimento adequada e depois realizar a sua re-integração na sala regular, a escola fica imune a uma crítica e reformulação de sua proposta curricular (MAGALHÃES, 2002, p. 38).

As discussões e práticas sobre a inclusão foram reforçadas, ampliadas e modificadas, principalmente depois da Conferência Mundial de Educação Especial ocorrida em Salamanca na Espanha em 1994. Esse encontro internacional originou um documento intitulado “Declaração de Salamanca: sobre princípios, política e prática em Educação Especial” que recomenda que todos os sistemas de ensino se reestruturem de forma que a escola possa se organizar para atender e responder as necessidades educacionais dos alunos, levando em consideração todas as suas características e especificidades, pois:

O princípio que orienta esta Estrutura é o de que escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Aquelas deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais, e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA)

Na medida em que as escolas procurarem modificar suas estruturas (físicas, didática, organizacional, pedagógica) visando atender a esse princípio da escola inclusiva estarão contribuindo de forma direta e significativa para a democratização da educação e do saber, instrumentos de poder e dominação usados a serviço de uma elite detentora do poder político e econômico, que se apropria dos discursos educacionais para legitimar a exclusão das minorias. Assim, a escola inclusiva parte do princípio fundamental de que “todas as crianças, sempre que possível, possam aprender juntas, independentemente de suas dificuldades ou diferenças que possam ter” (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA).

Com base nesses princípios a escola inclusiva procura “... desenvolver uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar com sucesso todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de deficiência graves”. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA).

Com essa concepção de educação/escola democrática aberta para a diversidade e desmistificadora das diferenças procura-se romper com ideologias que legitimam a exclusão, o preconceito e a discriminação rompendo com o ciclo vicioso que impediu/dificultou o acesso, a permanência e o sucesso das diversas minorias a escola.

O grande desafio da educação hoje é,

...garantir o acesso aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos – inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais particularmente alunos que apresentam altas habilidades, precocidade, superdotação, condutas típicas de síndrome/quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, portadores de deficiência, ou seja, alunos que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectivas, inatas ou ambientais, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio-ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas (Brasil, 1994, p. 21-22).

Esses desafios por sua vez não se reduzem somente ao acesso e a permanência da pessoa com deficiência na escola. Para que obtenha sucesso são necessárias modificações significativas em todos os aspectos da escola, desde os didáticos e pedagógicos (adaptação e flexibilização curricular, modificações nos processos de avaliação e acompanhamento pedagógico, construção de uma proposta pedagógica condizente com a prática da escola, mudanças na gestão escolar, formação de professores que prepare para o trabalho com a diversidade) até os estruturais e organizacionais, rompendo assim com as barreiras atitudinais e arquitetônicas, porque na perspectiva inclusiva não é mais o aluno que se adapta a escola, mas esta que se modifica para receber e atender a todos indistintamente.

Um desafio que implica mudanças materiais e simbólicas nas estruturas sociais da escola que está intimamente relacionado com a democratização da educação/sociedade e visando possibilitar o acesso ao conhecimento historicamente produzido. A inclusão é, pois um processo que rompe com todos os paradigmas conservadores e excludentes, pois carrega em seu cerne a possibilidade de mudança/transformação social. Crer nela é acreditar que se pode fazer uma sociedade mais justa e igualitária, sem dominantes nem dominados, nem ricos, nem pobres. Uma sociedade de seres humanos.

Participação na Gestão dos Processos Educacionais

A prática do planejamento e da gestão educacional brasileira foi durante muito tempo caracterizada por ações autoritárias, conservadoras e centralizadas, permeado por

visões mecanicista e instrumental, sendo os técnicos-burocratas os únicos responsáveis pelos diagnósticos e planejamento das políticas educacionais.

Esse modelo de gestão foi sendo repensado por diversos autores que consideram que somente se concretizarão os objetivos estabelecidos para a educação quando houver a participação ativa dos agentes pedagógicos(professores, núcleo gestores, comunidades) que compõe a escola nos planejamentos das ações a serem executadas, pois estes contribuem diretamente para colocá-las em prática, pois só a participação instrumentaliza os sujeitos para a conquista da autonomia.

Segundo pesquisa realizada por Neves (1995) no Distrito federal sobre a autonomia da escola, onde foram ouvidos vários diretores, ficou constatado que a autonomia enquanto categoria que se define e operacionaliza na prática, não é somente resultado da conquista dos agentes pedagógicos e tão pouco outorga dos órgãos centrais de administração; é sincronicamente outorga e conquista, principalmente por quê:

Só a lei não assegura a autonomia. É preciso, simultaneamente, vontade e decisão política dos dirigentes maiores dos sistemas e competência dos agentes pedagógicos em consolidá-los” e também porque (...) “não basta outorgar autonomia e investir em infra-estrutura, conforme já foi dito: é preciso que os atores institucionais sejam capazes de exercê-la (p. 115).

A mesma autora afirma ainda que a autonomia consolida-se em três eixos (pedagógico, financeiro e administrativo) articulados entre si e que se relacionam com as racionalidades internas e externas da escola.

É no eixo administrativo ligado diretamente a gestão e a organização da escola como um todo, que a autora explicita os níveis de participação da comunidade e dos pais nas atividades de planejamento, execução e avaliação da escola, destacando quatro níveis:

- Informação – os sujeitos recebem as informações das decisões tomadas sem sequer comparecerem à escola;
- Presença – o individuo participa de eventos na escola, mas não contribui pessoalmente;
- Ativação – é a delegação de competência pela direção para o cumprimento de tarefas;
- Participação – é a contribuição direta ou indireta dos envolvidos na tomada de decisões sejam elas pedagógicas, administrativas ou políticas.

Libâneo (2001) por sua vez define participação como sendo "*O principal meio de assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomadas de decisões e no funcionamento da organização escolar*" (p. 79).

De acordo com Libâneo, citado anteriormente, existem dois sentidos de participação que se articulam entre si. O primeiro é a participação enquanto instrumento de conquista da autonomia pela escola e o segundo é a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisões.

Para Demo (2001) "*a participação possui a característica de ser meio e fim (...) é vista como caminho para se alcançarem certos objetivos*" (p.66).

Lima (2001) recorrendo à pedagogia Freiriana que se opõe veemente às práticas antidialógicas e autoritárias que impedem o exercício pleno da participação ativa e da educação democrática, afirma que: "*A participação de que fala é uma participação no processo de decisão, um ato de "ingerência", e não atitude do espectador que se limita a assistir ou, de mais ou menos longe a contemplar*" (p. 33).

Somente através da prática participativa, é que se pode construir uma educação/gestão para e pela democracia. Uma educação/escola democrática deve se firmar em pilares como o diálogo, o respeito, a participação plena e ativa dos sujeitos educacionais (professores, gestores, pais, dirigentes educacionais) na tomada de decisões e no compromisso coletivo com a concretização dos objetivos da educação nacional. Consolidando-se através de uma pedagogia indagativa nos dizeres de Freire, que constantemente se pergunta pelos porquês e para quês da educação, que se pergunta pelo outro (SKLLIAR, 2002), que ensina a pensar e a pensar certo, a partir da participação na tomada de decisões "*pois só decidindo se aprende a decidir e só pela decisão se alcança a autonomia*" (FREIRE, 1991, p. 1191 e 120 apud LIMA, op. cit, p. 40).

Dessa forma

a construção da escola democrática constitui, assim, um projeto, que não é sequer pensável sem a participação ativa de professores e de alunos, mas cuja realização pressupõe a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção (LIMA, Ibid, op. cit., p. 42).

Assim como uma educação/escola democrática não se constrói sem a participação

efetiva de todos os sujeitos que a compõe, da mesma maneira acontece com as mudanças e as inovações educacionais que para se concretizarem precisam ser desejadas, compreendidas e participada pelos envolvidos. Elas não acontecem no acaso e por acaso, mas são frutos de lutas coletivas, de planejamento participativo e de compromisso assumido.

As mudanças e inovações empreendidas no campo educacional, (principalmente a inclusão) para que obtenham sucesso requerem uma transformação na organização e na cultura das instituições que se propõe a efetivá-la. Essas transformações empreendidas no campo simbólico e objetivo dos sujeitos envolvidos demandam reflexão, discussão e participação ativa e efetiva na tomada de decisões.

As inovações a serem implementadas devem ser desejadas, planejadas e executadas coletivamente tendo como ponto de partida a realidade concreta dos sujeitos que irão colocá-la em prática, caso contrário, acontece como tantas outras inovações que tem início, mas não tem continuidade e nem consegue atingir os objetivos que foram propostos.

Projeto Político Pedagógico

Nas últimas décadas o projeto educativo ou projeto político-pedagógico da escola tem sido objeto de estudo em diversos âmbitos, colocado como instrumento de melhoria da qualidade do ensino e "entendido como a própria organização do trabalho pedagógico da escola como um todo" (VEIGA, 1995, p. 11).

O projeto político pedagógico é o plano global da instituição (ARAÚJO, 2000), é um processo de planejamento nunca definitivo que se caracteriza pela participação dos sujeitos educativos. *"É um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira, por quem, para chegar a que resultados"* (NEVES, 1995, p. 110).

O projeto pode ser concebido como um plano, um intento, uma carta de intenções nunca definitiva que expressa objetivos, desejos; um planejamento participativo; uma antecipação da realidade.

Para Libâneo (2001) *"um plano ou projeto é um esboço, um esquema que representa uma idéia, um objetivo, uma meta, uma seqüência de ações que irão orientar a prática"* (p. 123). Possui em si, uma intencionalidade que como afirma Gadotti (1997) apud Araújo (2002) supõe rupturas com o presente porque traz consigo promessas para o futuro.

O projeto político é o documento de identidade da escola em que explicita sua filosofia, seu valores, suas metas, e o compromisso com a clientela que atende. Enfim, é o

chamamento a responsabilidades dos agentes educativos para que a instituição consiga alcançar seus objetivos e se torne autônoma.

A construção do projeto é um processo que exige comprometimento, esforço coletivo, dinamicidade e engajamento de todos os segmentos da comunidade escolar. Não é, e não pode ser apenas uma tarefa burocrática de construção de um documento que depois de pronto é arquivado, engavetado.

Ele deve ser construído e vivenciado coletivamente, cotidianamente, e passar por um processo constante de revisão e modificação podendo assim, atender as necessidades dos sujeitos que freqüentam a escola. A socialização e avaliação do PPP também devem ser práticas constantes na escola, bem como deve ser proporcionado a comunidade escolar espaços e momentos para discussão sobre os resultados obtidos e sobre as metas alcançadas.

Como já foi explicitado anteriormente o projeto educativo é o documento identitário da escola, fruto do processo de planejamento participativo, constante e democrático. Devido à importância estratégica e operacional é também o instrumento que delinea as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas na escola, os conteúdos a serem ministrados, as metas a serem atingidas, as metodologias e os instrumentos avaliativos, bem como explicita a demanda por formação continuada e as adaptações curriculares necessárias, contemplando também os níveis e as modalidades de ensino que a escola oferece.

De certa forma traça o perfil dos sujeitos que a escola pretende formar e como vai formá-las, como se dará a inclusão das minorias e com será o tratamento a eles oferecido através de atividades que atendam as suas especificidades. Sendo assim, a legitimidade do projeto pedagógico se dará a partir do momento em que este contemplar toda a diversidade presente na escola.

O projeto político pedagógico da escola está diretamente relacionado com a inclusão porque contempla a possibilidade de que a escola faça as adaptações necessárias no currículo flexibilizando assim, as atividades, objetivos, conteúdos, procedimentos avaliativos dirigidos aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Para não concluir

Refletir sobre a construção uma escola inclusiva e acolhedora onde todos os alunos possam se beneficiar do contanto com o outro, da socialização do conhecimento e da cultura e possam ter as mesmas oportunidades de aprendizagem dentro da escola se constitui num

primeiro passo para mudanças subjetivas e atitudinais tão importantes na compreensão do outro (alunos com N.E.E., negros, índios, pobres, filhos das prostitutas, etc) enquanto sujeito de direitos e de oportunidades.

Pensar uma escola democrática, participativa e por isso mesmo inclusiva é intrinsecamente pensar na possibilidade de mudança e de transformação social. É pensar num outro projeto de sociedade, menos injusto e mais solidário. É pensar numa ética do humano e não do capital que transformar as pessoas em coisas e as reduzem ao que são capazes de produzir. É pensar e acreditar que todos **nós** (brancos, negros, deficiente, índios, etc) somos pessoas e que pessoas nasceram para ser felizes, incondicionalmente.

Referências:

- ARAÚJO, Luiz. A. O. **projeto Político-pedagógico: um novo paradigma da gestão democrática escolar**. Florianópolis: UDESC/CEAD, 2000. 66p.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/ SEESP, 1994.
- BRASIL Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca. Net**. Brasília, 2000. Disponível em <http://www.regra.com.br/educação/salamanca.htm>. Acesso em 10 jul. 2000.
- CEARÁ, Secretaria de Educação Básica. **Política Estadual de Educação Especial**. Fortaleza, 1997.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001, 176 p. (Guia da escola cidadã; V.4).
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001, 259p.
- LIMA, L. C. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação a escola pública**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000, 116p.
- MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. **Educação Especial: uma perspectiva inclusiva**. In: MAGALHÃES, R. C. B. P. (Org) **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. (Coleção Edição eletrônica em <http://idonline.no.comunidades.net>

Magister).

- NEVES, Carmem M. de C. Autonomia da escola pública: um enfoque operacional. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. Campinas – SP: Papirus, 1995, p. 95-129.
- SKLLIAR, Carlos. A educação que se pergunta pelo outro: e se o outro não estiver aqui? In: LOPES, A. C; MACEDO, E. (Orgs) **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002, 237p. (Série Cultura, Memória e Currículo; V. 2).
- VEIGA, I. P. A. Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. Campinas – SP: Papirus, 1995, p. 11-33.



Sobre os autores:

- (1) **Lauro Araújo Mota** é Pedagogo pela Universidade Estadual do Ceará - UECE, exercendo a mesma função no NAPE de Tauá-CE. Especialista em História e Sociologia pela Universidade Regional do Cariri – URCA
E-mail: motajuniorsedete@hotmail.com
- (2) **Geandra Cláudia Silva Santos** é Pedagoga pela Universidade Regional do Cariri – URCA e Professora Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Como citar este artigo (Formato ISO):

MOTA, Lauro A. e SANTOS, Geandra C. S. **Pensando a construção de uma Escola Inclusiva**. Id on Line Revista de Psicologia, Novembro de 2009, vol.1, no.10, p.70-80. ISSN 1981-1189.